



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

4ª VARA CÍVEL - FORO DE PIRACICABA

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (Praça Única) dos direitos possessórios do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos requeridos: **MARIA NAZARETH FERREIRA LEARDINI (CPF/MF nº 175.689.918-57)** e **ESPÓLIO DE IVONE PEREIRA FERREIRA**, representado pelos herdeiros: **NATALIA CRISTINA CAMARGO (CPF/MF nº 380.184.248-70)**, **ADRIANO CAMARGO (CPF/MF nº 389.978.888-54)** e **PAULO CELSO DUARTE NOVAES (CPF/MF nº 090.715.168-06)**; bem como os interessados: **BRANDÃO E BRANDÃO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (CNPJ/MF nº 20.516.468/0001-40)**, **UNIÃO – MINISTÉRIO DA FAZENDA (CNPJ/MF nº 00.394.460/0216-53)**, **ESTADO DE SÃO PAULO (CNPJ/MF nº 46.379.400/0001-50)** e **MUNICÍPIO DE PIRACICABA (CNPJ/MF nº 46.341.038/0001-29)**.

A MM. Juíza de Direito Dra. Miriana Maria Melhado Lima Maciel, da 4ª Vara Cível – Foro de Piracicaba, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Extinção de Composse em fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por **OSWALDO FERRAZ FILHO (CPF/MF nº 866.278.808-49)** e **RAQUEL APARECIDA FERREIRA FERRAZ (CPF/MF nº 041.356.248-47)** em face do **MARIA NAZARETH FERREIRA LEARDINI (CPF/MF nº 175.689.918-57)** e **ESPÓLIO DE IVONE PEREIRA FERREIRA**, representado pelos herdeiros: **NATALIA CRISTINA CAMARGO (CPF/MF nº 380.184.248-70)**, **ADRIANO CAMARGO (CPF/MF nº 389.978.888-54)** e **PAULO CELSO DUARTE NOVAES (CPF/MF nº 090.715.168-06)**, nos autos do **Processo nº 0007223-09.2023.8.26.0451** (Processo Principal nº 1019583-61.2020.8.26.0451), e foi designada a venda dos direitos possessórios do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - IMÓVEL - Localização do Imóvel: Rua do Porto, nº 1.729, Centro – Piracicaba/SP – CEP: 13400-830 - **Descrição do Imóvel:** Um imóvel residencial com 175,84m² de área construída e 360,88m² de área total de terreno, anteriormente descrito como, um prédio sob nº 1.729 da Rua do Porto, da cidade de Piracicaba, com terreno que mede seis metros e vinte e seis centímetros de frente; cinquenta e cinco metros da frente aos fundos, na divisa com José Maria da Silva; quarenta e cinco metros da frente aos fundos, na divisa com o prédio nº 1.713, dos transmitentes; e nos fundos mede a mesma largura, isto é, seis metros e vinte e seis centímetros e divide com sucessores do Dr. Henrique Nehring.

Dados do Imóvel		
Inscrição Municipal nº	01.01.0033.0164.0000	
Transcrição Imobiliária nº	31.423	1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba/SP

OBS 01: O imóvel é constituído por 02 (duas) construções, contendo depósito e garagem. A primeira residência é composta por dormitório, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. A segunda residência é composta por 02 (dois) dormitórios, sala de jantar, sala de estar, cozinha, sala, banheiro, área de serviço e cobertura. Na área externa possui depósito e garagem.

OBS 02: O imóvel está inserido em área de Tombamento como Patrimônio Histórico Cultural de Piracicaba, de acordo com os Decretos nº 8649/1999, 9294/2000 e 10643/2004 do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Piracicaba (Laudo de Avaliação 343/384).



OBS 03: As requeridas no Processo Principal (nº 1019583-61.2020.8.26.0451) foram condenadas a pagar honorários de sucumbência em favor dos patronos dos requerentes, no importe de R\$ 10.460,59 (Jan/2023 – Cumprimento de Sentença nº 0000685-12.2023.8.26.0451), bem como pagamento de custas e despesas processuais, no importe de R\$ 4.575,96 (Jan/2023 – Cumprimento de Sentença nº 0000687-79.2023.8.26.0451).

OBS 04: Há uma Ação Rescisória com Pedido de Efeito Suspensivo c.c Devolução de Valores (nº 2153540-34.2023.8.26.0000) distribuída pelas Requeridas em face dos Requerentes, objetivando a anulação da sentença proferida nos autos da Ação de Extinção de Composse, em razão da não finalização do Inventário dos proprietários tabulares do imóvel. O referido processo foi recebido sem a concessão da tutela de urgência, e na presente data se encontra pendente de julgamento.

OBS 05: Serão levados à leilão os direitos possessórios sobre o imóvel, diante do falecimento dos proprietários tabulares Srs. José Maria Ferreira e Maria Pereira Ferreira, genitores da Requerente e das Requeridas nesta Ação de Extinção de Composse. Em razão da sucessão, foi distribuída a ação de inventário dos referidos proprietários (nº 1002916-10.2014.8.26.0451), a qual foi arquivada em 21.06.2021, sem homologação da partilha.

OBS 06: Eventuais regularizações registrares/cadastrais serão de responsabilidade do Arrematante.

Valor de Avaliação do imóvel: R\$ 498.000,00 (Abr/2022 – Laudo de Avaliação às fls. 343/384).

Valor de avaliação atualizado: R\$ 523.357,78 (Ago/2023). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

Débitos Tributários: R\$ 243,74 (Ago/2023) referente aos Débitos não inscritos na Dívida Ativa. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

02 - A Praça Única terá início em **25 de setembro de 2023, às 15 horas, e se encerrará no dia 20 de outubro de 2023, às 15 horas.** Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores** a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfa-leiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta todas serão apresentadas para apreciação pelo MM. Juízo da causa, que decidirá pela de maior valor, caso estejam em diferentes condições ou, decidirá pela formulada em primeiro lugar, caso tenham iguais condições (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

03 - O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

04 - Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).



05 - Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

06 - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

07 - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

08 - O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

09 - Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento) do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

10 - O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

11 - O arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

12 - Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

13 - O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

14 - A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

15 - Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo nos termos do Item 02 deste Edital, estas serão levadas à apreciação e aprovação deste MM Juízo.

16 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Paulista, nº 2421, 1º Andar - Bela Vista - CEP 01.311-300 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

17 - A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 12 de setembro de 2023.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DRA. MIRIANA MARIA MELHADO LIMA MACIEL
JUÍZA DE DIREITO